ao Governo da República que fossem alterados os limites estabelecidos no quadro I daquela portaria:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e do Plano, nos termos do Decreto-Lei n.º 435/80, de 2 de Outubro, o seguinte:

Relativamente à Região Autónoma da Madeira, os valores fixados no quadro I (classe de fogos) da Portaria n.º 969/80, de 12 de Novembro, serão acrescidos de uma percentagem de 40 %, nos termos do quadro anexo.

Ministério das Finanças e do Plano, 4 de Fevereiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*.

QUADRO I

Classe de fogos

Valor por metro quadrado de área coberta (em contos)	Valor máximo da habitação (em contos) segundo avaliação da instituição de crédito	Classe de fogos
Até 22,4	Até 2800	A
De 22,4 a 28	De 2800 a 3780	B
Superior a 28	De 3780 a 4620	C
	Superior a 4620	D

O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA QUALIDADE DE VIDA

SECRETARIAS DE ESTADO DO TESOURO E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho Normativo n.º 65/81

A concessão anual, pelo Estado, do subsídio de papel à generalidade das empresas jornalísticas tem vindo a constituir uma das mais significativas formas de apoio aos órgãos de comunicação social escrita. Impõe-se, por isso, prosseguir-lo, assegurando continuidade do substrato normativo que tem vindo a regulá-lo, sem prejuízo dos ajustamentos e alterações que a prática recomenda e justifica.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — A verba destinada, no corrente ano económico, a subsidiar o papel de jornal será distribuída em função do número de exemplares efectivamente vendidos, incluindo os distribuídos por assinaturas, de acordo com o disposto nos números seguintes.

2 — O pagamento do subsídio de papel será efectuado com referência a períodos de três meses, de acordo com o seguinte calendário:

a) Em Junho, o correspondente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março;

b) Em Setembro, o correspondente aos meses de Abril, Maio e Junho;

c) Em Dezembro, o correspondente aos meses de Julho, Agosto e Setembro;

d) Em Janeiro de 1982, o correspondente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do corrente ano.

3 — Para efeitos do ora disposto, deverão as empresas jornalísticas interessadas comunicar à Secretaria de Estado da Comunicação Social, nos termos fixados no n.º 12 deste diploma, o quantitativo das publicações vendidas no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres do corrente ano, sem o que perderão o direito aos subsídios referentes a estes períodos.

4 — Na comunicação referida no preceito anterior não devem ser consideradas as vendas que, situando-se acima da média aritmética mensal verificada no trimestre anterior, respeitem a exemplares que contenham qualquer forma de autopromoção não habitual, nomeadamente concursos, sorteios ou outras iniciativas afins.

5 — Salvo os valores dos meses de Novembro e Dezembro, que serão calculados por estimativa com base na média aritmética das vendas registadas nos restantes meses do ano, todos os demais terão de corresponder a valores reais, devidamente registados na escrituração das empresas e, por isso, susceptíveis de verificação e controle ulteriores.

6 — O valor do subsídio, por exemplar de jornal, será, em cada trimestre, calculado segundo a fórmula $\frac{S}{4} : V$, sendo S o montante do subsídio anual fixado no Orçamento Geral do Estado e V o total dos exemplares vendidos trimestralmente pelo conjunto das empresas jornalísticas beneficiárias que o hajam requerido.

7 — Terão direito ao subsídio de papel apenas as publicações periódicas de informação noticiosa geral não incluídas nos termos do preceito seguinte, desde que se publiquem, pelo menos, uma vez por mês e excedam, por número editado, os seguintes limites de vendas:

a) 1000 exemplares, no caso dos jornais diários de informação predominantemente regional;

b) 10 000 exemplares, no caso das publicações de expansão nacional, diária ou não.

8 — Consideram-se excluídas do subsídio de papel as publicações periódicas seguintes:

a) As de carácter pornográfico, definido nos termos do artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 254/76, de 7 de Abril;

b) Aquelas cuja superfície publicitária ocupe uma média mensal superior a metade do seu espaço disponível;

c) As editadas por partidos ou associações políticas, associações de classe ou agremiações desportivas, nessa qualidade e na prossecução dos seus interesses específicos;

d) As de conteúdo exclusivamente religioso, sem distinção de crenças;

e) As que, pela sua especificidade, sejam dirigidas a um grupo bem delimitado de leitores, ainda que postas à disposição do público em geral, ou sejam distribuídas em regime de exclusividade;

f) As editadas pela Administração Central ou Local, com ressalva das empresas públicas jornalísticas;

g) As gratuitas;

h) As que não se encontrem devidamente registadas na Secretaria de Estado da Comunicação Social, de acordo com a Lei de Imprensa.

9 — Para cômputo da superfície prevista na alínea b) do número anterior, serão considerados os textos e ilustrações cuja publicação haja sido paga, salvo nos casos legalmente impostos, e ainda os que revelem qualquer intenção publicitária, expressa ou implícita.

10 — Compete às empresas jornalísticas a prova dos requisitos, positivos ou negativos, condicionantes do subsídio regulado neste diploma.

11 — Para execução do determinado no número antecedente, e sem prejuízo da requisição pela Secretaria de Estado da Comunicação Social de quaisquer outros elementos tidos por necessários, deverão os interessados fazer entrega a este departamento de um exemplar do último número publicado em cada um dos meses que integram o trimestre a que se refere o subsídio.

12 — a) A concessão do subsídio de papel deverá ser solicitada até ao décimo quinto dia útil do mês anterior ao fixado para o pagamento, em requerimento dirigido ao director-geral da Informação, acompanhado da declaração e dos exemplares a que se referem os n.ºs 3 e 11, e, quanto ao último trimestre do ano, a que é exigida na alínea seguinte.

b) Para efeitos de quantificação do subsídio de Novembro e Dezembro, as empresas jornalísticas remeterão, juntamente com o requerimento relativo ao 4.º trimestre, uma relação, discriminando o número de exemplares efectivamente vendidos em cada mês, de Janeiro a Outubro.

13 — Das decisões do director-geral da Informação cabe recurso hierárquico necessário para o Secretário de Estado da Comunicação Social e, dos actos deste, recurso contencioso para o Supremo Tribunal Administrativo, nos termos gerais de direito.

14 — O cumprimento dos deveres decorrentes do presente diploma será objecto de fiscalização conjunta por funcionários do Ministério das Finanças e do Plano e da Secretaria de Estado da Comunicação Social, devidamente credenciados.

15 — A omissão ou incorrecta informação, por parte das empresas jornalísticas, de elementos que visem induzir em erro acerca da sua qualidade de beneficiários ou do montante do subsídio atribuível será punida, nos termos da respectiva legislação penal, sem prejuízo de perda imediata do benefício concedido pelo presente diploma.

16 — A Secretaria de Estado da Comunicação Social poderá suspender o subsídio de papel a qualquer empresa beneficiada que deixe de cumprir as suas obrigações legais para com a Previdência.

17 — As omissões do presente despacho e as dúvidas por ele eventualmente suscitadas serão resolvidas por despacho do Secretário de Estado da Comunicação Social.

Ministérios das Finanças e do Plano e da Qualidade de Vida, 6 de Fevereiro de 1981. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Mário Martins Adegas*. — O Secretário de Estado da Comunicação Social, *Luís de Oliveira Fontoura*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

Portaria n.º 209/81

de 24 de Fevereiro

A estrutura nacional de matança de reses e de preparação das respectivas carcaças era constituída por instalações desprovidas dos mínimos requisitos técnico-laborais e hígio-sanitários, constituindo, não raras vezes, autênticos focos de disseminação de doenças comuns ao homem e aos animais.

A defesa da saúde pública, do ambiente, da qualidade e genuidade dos produtos alimentícios, bem como uma adequada política do aproveitamento integral dos subprodutos, a racionalização da indústria do abate e a luta contra o sobreequipamento exigem que se envidem esforços no sentido da implantação plena da Rede Nacional de Abate, único processo de adequar, tanto quanto possível, e desde já, as condições do sector dos sistemas seguidos na Comunidade Económica Europeia.

Tendo em atenção que os recursos financeiros do País são limitados, o esforço de investimento e modernização do sector do abate tem de ser compensado através da rentabilidade dos investimentos já feitos ou a fazer, o que pressupõe um índice de utilização elevado dos matadouros, uma prestação de serviço nas melhores condições hígio-sanitárias e técnicas, bem como a garantia de uma taxa de laboração correspondente.

Com a implantação plena da Rede Nacional de Abate, os custos unitários industriais serão reduzidos, em virtude do melhor ordenamento da estrutura nacional de matança de reses e preparação das respectivas carcaças, o que, numa política de correspondência de taxas aos custos, reduzirá o aumento a imputar aos utentes dos matadouros e, necessariamente, ao público consumidor.

No entanto, o progressivo aumento de preços dos materiais necessários à exploração e dos salários verificado depois da fixação das taxas em vigor origina um acréscimo adicional do custo unitário industrial de produção, que tem necessariamente de ser corrigido por um aumento daquelas taxas.

Nestes termos:

Ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 29 749, de 13 de Julho de 1939, e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 601/74, de 26 de Novembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura e Pescas, o seguinte:

1.º Os custos dos serviços prestados nos matadouros da Junta Nacional dos Produtos Pecuários são os constantes da tabela anexa a este diploma.

2.º Este diploma não é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

3.º Ficam revogadas a tabela de custos dos serviços a prestar nos matadouros, anexa à Portaria n.º 84/75, de 14 de Fevereiro, a Portaria n.º 192-G/78, de 7 de Abril, com excepção do disposto nos n.ºs 3.º e 4.º, e a Portaria n.º 626/79, de 19 de Outubro.

4.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministério da Agricultura e Pescas, 3 de Fevereiro de 1981. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*.